



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
2ª TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - PROJUDI
Rua Mauá, 920 - 28º Andar - Alto da Glória - Curitiba/PR - CEP: 80.030-200 - Fone:
3017-2568

Autos nº. 0024776-96.2017.8.16.0018

Recurso Inominado nº 0024776-96.2017.8.16.0018

1º Juizado Especial Cível de Maringá

Recorrente(s): VERA LUCIA DONEL, GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. e JOSÉ LUIZ DONEL

Recorrido(s): JOSÉ LUIZ DONEL, VERA LUCIA DONEL e GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.

Relator: Juiz Helder Luis Henrique Taguchi

EMENTA: RECURSOS INOMINADOS. TRANSPORTE AÉREO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ATRASO DE VOO E PERDA DE CONEXÃO. CHEGADA AO DESTINO FINAL COM ATRASO SUPERIOR A 06 (SEIS) HORAS. MÁS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS. ALEGAÇÃO DE EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE (FORÇA MAIOR). TESE REJEITADA. CONDUTA DO TRANSPORTADOR. ASSISTÊNCIA ADEQUADA AOS PASSAGEIROS NÃO COMPROVADA. INOBSERVÂNCIA DA RESOLUÇÃO 141/2010 DA ANAC. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. DANO MORAL CARACTERIZADO. ENUNCIADO 4.1 DAS TURMAS RECURSAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO (R\$ 2.000,00). PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE CONSEQUÊNCIAS MAIS GRAVOSAS. RECURSOS DESPROVIDOS.

1. José Luiz Donel e Vera Lúcia Donel propuseram ação de reparação por danos morais, em face de Gol Linhas Aéreas S/A, alegando, em linhas gerais, atraso de voo superior a 06 (seis horas) e falta de informações e de assistência adequada aos passageiros durante o tempo de espera.

A pretensão foi julgada procedente, com a condenação da ré ao pagamento de indenização por dano moral, no importe de R\$ 2.000,00 (mov. 21.1).

A ré interpôs recurso inominado (mov. 31.1), sustentando que:

- i. O atraso ocorreu em virtude das más condições climáticas na cidade de Maringá, o que caracteriza excludente de responsabilidade civil;
- ii. Não há qualquer vínculo entre os danos supostamente experimentados pelos recorridos e a conduta da recorrente;
- iii. A ré agiu em conformidade com os ditames das Agências reguladoras da atividade, prestando informações aos passageiros e promovendo a reacomodação no primeiro voo disponível;
- iv. O atraso inferior a 08 horas não acarreta dano moral;
- v. A indenização deve ser minorada.

Os autores também interpuseram recurso inominado (mov. 35.1), pretendendo a majoração do valor arbitrado pelo juízo.

2. Incontroverso que os autores adquiriram passagens aéreas de ida e volta de Maringá/PR para o Rio de Janeiro/RJ, com conexão em Guarulhos/SP. A previsão inicial era de embarque no aeroporto de Maringá às 06h25min do dia 28.08.2015, com chegada ao Rio de Janeiro às 9h57min do mesmo dia. Entretanto, os autores só conseguiram chegar ao destino final às 16h02min, isto é, com mais de 06 (horas) de atraso em relação ao horário inicialmente programado.

2.1. A hipótese em exame trata de defeito na prestação do serviço de transporte aéreo, que deveria ser útil aos fins inicialmente propostos quando contratado, oferecendo a segurança e a comodidade que dele se espera.

É sabido que a responsabilidade do fornecedor de serviços só poderá ser excluída em situações excepcionais, na forma do artigo 14, § 3º, da Lei nº8.078/90, ao estabelecer que o “fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro”.

A responsabilidade, neste caso, é objetiva e independente de prova da culpa.

O recorrente atribuiu o atraso unicamente às condições climáticas na cidade de Maringá, o que, segunda afirma, caracterizaria força maior / caso fortuito, a afastar a sua responsabilidade civil.

Tenho que, na realidade, o fato narrado é pura e simplesmente previsível, já que as condições do transporte aéreo sujeitam as companhias sabidamente a riscos inerentes ao ofício

desempenhado, bem assim, a ocorrência de intempéries nas condições climáticas que, por questões peculiares do serviço prestado, fez com que a empresa recorrente se encontrasse à mercê de dificuldades próprias à sua atividade econômica.

Por isso, o evento ocorrido não excluiu o dever de indenizar.

Além do mais, é preciso considerar que a reclamação dos autores não diz respeito somente ao atraso ou ao cancelamento, mas à ausência de informações e tratamento adequado por parte da ré no desenvolvimento do contrato de transporte aéreo.

E embora a recorrente alegue que prestou a assistência adequada aos passageiros, inclusive, promovendo a reacomodação no primeiro voo disponível, não produziu qualquer prova capaz de confirmar sua alegação.

Assim, diversamente do que afirma, não demonstrou ter cumprido as normas estabelecidas pela Agência reguladora da atividade, aplicáveis aos casos de atraso de voo superior a 04 (quatro) horas (Resolução 141/2010 da ANAC), como bem ponderado na sentença:

“...muito embora o atraso do trecho Maringá/PR – São Paulo – Guarulhos tenha se dado em razão de condição climática, bem como que seu atraso fora de aproximadamente 1h30min, ressalto o atraso de chegada ao destino final (Rio de Janeiro – Santos).

Não assiste qualquer justificativa para que a parte autora tenha sido realocada a voo com saída de São Paulo – Guarulhos apenas às 15h15min quando desembarcou do trecho Maringá/PR – São Paulo – Guarulhos às 10h27min, conforme consulta realizada no site da ANAC.

É de conhecimento público e notório que o trecho Rio – São Paulo possui diversos voos, sendo que, em determinados momentos do dia, ocorrem em prazo inferior ao de 1 (uma) hora.

Nesta esteira, ao contrário do que alega a requerida, vislumbro que não houve demonstração de cumprimento das disposições elencadas nos artigos 2.º a 6.º, da Resolução n.º141/2010, da ANAC.

Da análise das referidas disposições, denota-se que, evidenciado o atraso de voo, impõe-se a empresa aérea disponibilizar ao passageiro: voo próprio que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, na primeira oportunidade; voo próprio a ser realizado em data e horário de conveniência do passageiro; ou voo de terceiro que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino.

Nesta esteira, cabia à parte ré a prova de que inexistia vagas disponíveis nas demais operadoras de voos com destino ao Rio de Janeiro – Santos em horário mais próximo, bem como a prova de que a parte autora não foi realocada em outro voo da mesma companhia aérea, mediante a apresentação, por exemplo, da lista de

passageiros dos voos operados no período questionado. Tampouco demonstrou a parte ré que forneceu, durante todo esse período que, sem dúvidas, superou 4 (quatro) horas, auxílio de alimentação, bem como qualquer outro auxílio.

Depreende-se que a parte ré, afora assistência material (a saber: facilidades de comunicação, alimentação adequada e acomodação – art. 14, da Resolução 141/2010, da ANAC), deveria ter proporcionado as alternativas dispostas junto aos arts. 3.º e 4.º, da mencionada Resolução da ANAC, facultando-lhe a escolha daquela que melhor atendia seus interesses.

Entretanto, ao que se extrai dos autos, a requerida não oportunizou a parte autora estas possibilidades; porém, olvidou-se de apresentar no presente feito provas que inexistiam voo disponíveis da companhia ré para o trajeto Maringá – Rio de Janeiro – Santos, em horário anterior ao ofertado, bem como que apresentou horários para que optasse qual voo seria melhor para os seus interesses; e, por fim, que lhe facultou vir a realizar o trajeto por intermédio de outra companhia aérea, apresentando horários e voos que estava disponíveis. Além disso, a ré deixa de fazer prova de que prestou os auxílios materiais necessários, tais como alimentação e uso de telefone, sendo certo que o período de espera superou, em muito, 4 (quatro) horas”.

Nesta linha de raciocínio, e considerando-se que o serviço de transporte aéreo é defeituoso quando há falha, não só em relação à necessária previsibilidade dos horários de embarque e desembarque, mas também quanto ao dever de prestar informações / assistência material adequada aos passageiros, existiu o ato ilícito. Da mesma forma, o nexo de causalidade entre a prestação defeituosa do serviço e o dano sofrido pelos recorridos.

2.2. O atraso superior a 06 (seis) horas na chegada ao destino final, aliado à falta de assistência adequada ao passageiro, caracteriza aborrecimento que excede o mero dissabor, caracterizando o dano moral.

Esse, aliás, é o entendimento materializado no Enunciado 4.1 das Turmas Recursais do Estado do Paraná: *Cancelamento e/ou atraso de voo - dano moral: O cancelamento e/ou atraso de voo, somado ao descaso e relapsa da companhia aérea quanto à demonstração da causa e f o r m a d e administração do incidente, enseja reparação por danos morais.*

Em relação ao tema:

RECURSOS INOMINADOS. TRANSPORTE AÉREO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ATRASO/CANCELAMENTO DE VOO. NEGLIGÊNCIA DA COMPANHIA AÉREA NA ADMINISTRAÇÃO DO INCIDENTE. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO. CDC. AFRONTA À RESOLUÇÃO 400/2016 DA ANAC. MÁS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS NÃO DEMONSTRADAS QUE, ADEMAIS, NÃO

JUSTIFICAM A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DANO MATERIAL DEVIDO. DANO MORAL IN RE IPSA. DEVER DE INDENIZAR. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 4.1 DAS TRU/PR. RECURSO DO AUTOR CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO DO RÉU CONHECIDO E DESPROVIDO. I – Relatório dispensado (TJPR - 0005016-47.2016.8.16.0035 - São José dos Pinhais - Rel.: Rafael Luis Brasileiro Kanayama - J. 30.10.2017).

2.3. Para fixação do valor da indenização decorrente de dano moral, muito embora disponha o Juiz de ampla liberdade para aferir o valor da reparação, deve perquirir todos os fatores inerentes aos fatos e à situação das partes.

No caso concreto, é preciso levar em conta a natureza do serviço prestado pela recorrente e o grau do transtorno sofrido pelos recorridos, a fim de que a indenização não seja supervalorizada ou deixe de ser compatível com as reais dificuldades suportadas em virtude do ato ilícito.

Se, por um lado, é incontroversa a falha na prestação de serviços, decorrente da falta de assistência adequada aos passageiros durante período de atraso superior a 6 horas, por outro, não se evidencia que deste fato tenham decorrido consequências de maior gravidade aos recorridos, ao ponto de justificar a elevação do valor arbitrado pelo juízo (R\$ 2.000,00).

Também não é o caso de reduzi-lo, como pretende a ré. O valor arbitrado atende aos critérios de proporcionalidade e razoabilidade, punindo o agente causador do dano ao mesmo tempo em que compensa a vítima, sem gerar enriquecimento sem causa.

3. Pelo exposto, voto no sentido de desprover ambos os recursos inominados e, por consequência, condenar os recorrentes ao pagamento, cada qual de 50% das custas processuais e de honorários advocatícios fixados em 20% do valor da condenação na proporção de 50% para cada parte.

Ante o exposto, esta 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais resolve, por unanimidade dos votos, em relação ao recurso de GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A., julgar pelo (a) Com Resolução do Mérito - Não-Provimento, em relação ao recurso de JOSÉ LUIZ DONEL, julgar pelo (a) Com Resolução do Mérito - Não-Provimento, em relação ao recurso de VERA LUCIA DONEL, julgar pelo (a) Com Resolução do Mérito - Não-Provimento nos exatos termos do voto.

O julgamento foi presidido pelo (a) Juiz (a) Alvaro Rodrigues Junior, com voto, e dele participaram os Juízes Helder Luis Henrique Taguchi (relator) e Marcos Antonio Frason.

06 de Março de 2018

Juiz Helder Luis Henrique Taguchi

Juiz relator